

DF - Polícia

Policiais pedem volta da GOE

JORNAL DE BRASÍLIA 11 MAI 1999

Representantes da Polícia Civil se encontraram ontem com o governador Joaquim Roriz e obtiveram apoio do GDF para receberem novamente (ainda este ano) a Gratificação por Operações Especiais (GOE) - extinta pelo Governo federal em 1993, e que remunera os policiais pelas atividades de risco e dedicação exclusiva. Depois de alegar que o GDF não tem verbas para pagar a GOE - um gasto adicional aproximado de R\$ 17 milhões à folha salarial da corporação -, Roriz se incumbiu de marcar reunião, esta semana, com o ministro da Gestão e Orçamento, Pedro Parente, para receber o dinheiro da União.

A Gratificação por Operações Especiais foi criada em 1979, para as polícias Civil e Federal, pelo Gover-

no federal. De acordo com o deputado distrital Renato Rainha (PL), representante da categoria, resultava num acréscimo de 23% a 25% na remuneração dos policiais.

Em 1993, a GOE foi extinta por Medida Provisória, quando a União a substituiu por outra gratificação criada pelo Congresso Nacional, levando as polícias Civil e Federal a entrarem na Justiça. Em 94, a Polícia Federal reconquistou o direito, enquanto a causa ganha pela Polícia Civil em 96, em primeira instância, ainda está sendo julgada.

"A tabela da Polícia Federal tem de ser a mesma que a nossa. São carreiras iguais. Os profissionais de ambas são de nível superior, só mudam algumas tarefas", reclamou

o presidente do Sindicato da Polícia Civil (Sinpol), Fábio Barcellos, ressaltando que, excluindo a GOE, os policiais não têm nenhum tipo de pagamento por risco de vida e dedicação integral.

Hoje, a folha do DF para a Polícia Civil é de cerca de R\$ 20 milhões - a GOE aumentaria em mais R\$ 17 milhões a cifra, segundo o Sinpol. Apesar de o governador ter ratificado a impossibilidade de pagar a gratificação, os representantes dos policiais - sindicatos da Polícia Civil, além do diretor geral da corporação, Laerte Bessa, e do deputado Renato Rainha - saíram animados da reunião realizada ontem, no Palácio do Buriti.

"O governador reconhece nossos direitos e prometeu se empenhar

para conseguir verbas junto à União. O ministro Renan Calheiros (da Justiça) também nos garantiu que é nosso aliado", disse Renato Rainha. Na reunião com Pedro Parente, o dinheiro para o pagamento da GOE será pedido em forma de suplementação orçamentária.

Também presente à reunião de ontem, o senador Luiz Estevão - relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - prometeu à categoria apresentar emenda à LDO para garantir, ao menos, a gratificação no ano que vem. "Mas vamos lutar para retomá-la ainda este ano", disse o senador.

RODRIGO LEDO

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA